

Pauta da 12ª Reunião Ordinária Plenária – 2025

Data: 04 de Junho de 2025

I - Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

II-Informes;

III - Ordem do dia: Educação Especial na Rede Municipal de Ensino do Recife. 2º momento de discussão.

IV - Palavra facultada.

Ata da 12ª Reunião Ordinária Plenária

Aos quatro dias do mês de Junho de dois mil e vinte e cinco, na Sede do Conselho Municipal de Educação do Recife, Av. Visconde de Suassuna, 141 – Santo Amaro, às dez horas e quarenta e cinco minutos, realizou-se a décima segunda reunião ordinária plenária. Presentes os conselheiros: Ana Paula de Oliveira Tavares, presidente; Wallace Melo Gonçalves Barbosa, vice-presidente; Fernando José Felix da Silva; Francisco Soares de Santana; Glaydson Alves Santiago; Josineide Antônia da Silva Melo; Luiz Carlos Arcelino; Ozanira Maria Pereira Gomes da Silva; Pedro Henrique Wanderley Silva e Elaine Oliveira dos Santos. Justificada a ausência do conselheiro Marcelo Augusto Dantas; Neuza Maria Pontes de Mendonça e Socorro Barros de Aquino, por motivos profissionais e da conselheira Ana Rafaela Ávila de Souza por motivo de férias. A presidente iniciou a sessão, cumprimentou os presentes. **Informes.** O conselheiro Wallace informou que, na semana passada, foi representar o conselho em uma audiência pública sobre inclusão na rede municipal. Durante o evento, discutiu-se amplamente a temática, com a presença de diversas autoridades, como os promotores Dra. Gilka e Dr. Salomão, representantes do Governo do Estado, de organizações não governamentais, da sociedade civil e da Prefeitura do Recife. Como era de se esperar, dado o grau de complexidade do tema, muitos participantes quiseram expressar seus pontos de vista. Trata-se de uma pauta que envolve múltiplos atores e, sobretudo, está marcada por uma profunda negação de direitos. Ana Paula solicitou que o assunto fosse incluído na ordem do dia. Ele retomou a fala destacando que houve muitas discussões relacionadas às

angústias individuais dos participantes. Ana Paula informou, ainda, que estará em viagem de trabalho na próxima semana, participando do Fórum de Presidentes, no Rio de Janeiro, e solicitou que o vice-presidente assumira a condução da próxima reunião. **Ordem do dia.** A presidenta iniciou sua fala abordando a temática da educação especial nas escolas do Recife, destacando que Wallace e Pedro estiveram presentes na audiência pública sobre o assunto. Ela relatou ter ouvido diversas manifestações durante a audiência, o que a deixou preocupada, e por isso solicitou que ambos compartilhassem suas impressões sobre a reunião. Wallace comentou que, no campo da educação, é comum haver disputas entre os diferentes setores, com cada grupo buscando responsabilizar o outro pelas dificuldades enfrentadas. Segundo ele, a audiência teve momentos marcados por falas emocionadas, em que cada participante expressava suas angústias e esperava que sua demanda fosse colocada no centro do debate. Houve até situações em que o tempo de fala gerou discussões entre os presentes. Ele relatou que, na ocasião, apresentou o Conselho aos presentes, explicando que o tema em pauta é amplamente discutido dentro da instituição. Também compartilhou um breve panorama sobre a composição e o funcionamento do Conselho, identificando-se como professor da rede privada de ensino. Em sua fala, destacou sua preocupação com a atual situação nas escolas, mencionando um caso que tomou conhecimento, no qual uma professora teria tido a perna quebrada por um estudante neurodivergente — informação que chegou por meio de denúncias recebidas pelo sindicato. Ele apontou ainda que, em muitos relatos, os responsáveis acabam atribuindo as situações de agressividade à falta de suporte da saúde pública, como a não disponibilização de medicação adequada. Segundo ele, a audiência teve momentos em que cada participante expressava sua perspectiva e vivência sobre o tema, o que evidenciou o quanto a questão envolve múltiplas dores: das famílias, da escola, dos profissionais, das crianças e da sociedade como um todo. Ele compartilhou, ainda, que se sentiu especialmente angustiado com uma situação ocorrida durante a audiência, quando uma representante de organização da sociedade civil utilizou o espaço para promover a venda de capacitações. Foi destacado que essa é uma discussão que exige o envolvimento de toda a sociedade — trata-se de um pacto coletivo. Quando esse pacto se rompe, acontece a desorganização. Ele enfatizou ter ficado abismado com algumas falas ouvidas durante a audiência. Luiz também compartilhou que, em sua escola, há uma situação grave. Relatou um episódio ocorrido no dia anterior, envolvendo uma professora antiga da instituição e o acompanhante de um estudante com deficiência. Segundo ele, houve um conflito verbal intenso, que exigiu a intervenção da

coordenadora pedagógica. A professora solicitava maior atenção por parte do acompanhante ao aluno, pois ele estaria distraído, usando o celular, o que gerou tensão no ambiente. Além disso, Luiz relatou outro caso ocorrido na semana anterior, em que uma assistente de sala ficou com o nariz sangrando após ser agredida por um estudante. Ressaltou que os profissionais estão comparecendo à escola com medo, e que, diante de situações como essas, muitas vezes recorre a orientação jurídica. No entanto, apontou que há um desencontro entre as recomendações legais e a prática pedagógica, o que torna o dia a dia ainda mais desafiador. Concluiu dizendo que manter um pacto coletivo tem se tornado cada vez mais difícil. Em seguida, Maria Auxiliadora acrescentou que, na universidade, também ocorreram episódios preocupantes. Relatou o caso de um estudante que gravou um áudio com ameaças agressivas dirigidas a professores. Como ela é a responsável pela área estudantil, o diretor a questionou sobre os encaminhamentos cabíveis. Ela afirmou que é necessário estabelecer limites e reforçar a autoridade institucional, destacando que, diante da gravidade da ameaça, o caso deveria ser levado à delegacia. De acordo com Maria Auxiliadora, mesmo após passar por diversas instâncias — incluindo atendimento com a equipe de psicologia e a presença da família — o estudante não reconhecia a gravidade de suas ações, tratando-as como algo normal. O que mais o preocupava era o seu ciclo de amizade. Na última sexta-feira, o Conselho Universitário se reuniu e, com base no Plano de Convivência e Ética, decidiu por unanimidade pela expulsão do estudante. Josineide relatou que, em relação às instituições parceiras, a situação é ainda mais delicada, pois muitas delas não estão preparadas para lidar com as demandas da inclusão. Isso gera ainda mais dúvidas e insegurança. Reforçou a fala de Wallace, destacando que "a dor vem de todos os lados" e que, muitas vezes, as famílias acabam transferindo toda a responsabilidade para a escola. Essa postura resulta na culpabilização da professora, do auxiliar e da equipe gestora, o que é injusto, pois todos acabam sendo prejudicados. Ressaltou que a questão não deve ser tratada com a busca por culpados. Elaine relatou que, quando se diz que a família "esconde" o diagnóstico, muitas vezes trata-se do medo de não ver seu filho aceito em razão da condição que apresenta. Observou que a rede de ensino possui especificidades que agravam esse cenário. Na Educação Infantil, por exemplo, nas creches, não é enviado um AADEE (Acompanhante de Aluno com Deficiência) ou estagiário de suporte, pois entende-se que o ADI (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil) já cumpre essa função. No entanto, segundo Elaine, há situações em que é necessário garantir um suporte adicional — ainda que temporário — para que a criança tenha

condições de adaptação. “Nem que daqui a seis meses esse suporte seja devolvido”, destacou. Ela trouxe à reflexão o impacto disso na relação adulto/criança, questionando como garantir qualidade nesse vínculo quando o apoio é insuficiente. Outro ponto que a preocupa, enquanto coordenadora pedagógica, é a velocidade com que os laudos estão sendo emitidos. De acordo com Elaine, os diagnósticos têm chegado de forma muito acelerada, e em alguns casos com múltiplas indicações, como TDAH, TOD e seletividade alimentar. Relatou ter recebido laudos em que, por sua observação pedagógica, o que era identificado como TOD poderia, na verdade, ser um caso de falta de limites, e que a seletividade alimentar não se manifestava na escola, pois a criança comia bem, sugerindo que a dificuldade poderia ocorrer apenas em casa. Ela ressaltou que, enquanto os laudos são rápidos, os tratamentos são excessivamente demorados, o que agrava a situação. Ainda pontuou que, especialmente no início do ano letivo, muitas crianças com dificuldades não contam com suporte adequado, pois a presença de um ADI nem sempre é suficiente. Quando há um aluno que se desregula a cada 15 minutos devido ao processo de adaptação, é essencial ter um profissional específico para apoiar essa regulação. Muitas vezes, segundo ela, é a própria equipe de coordenação pedagógica que precisa intervir diretamente, acolher a criança e inseri-la na sala de aula. Ozanira falou que visualiza tudo que Elaine falou, relatou que é um cenário muito complexo e muitas coisas envolvidas. Ela explicou que sempre procurou acolher as mães com empatia ao chegarem à escola. No entanto, observou com preocupação que, cada vez mais, o autismo tem sido tratado como um mercado. Relatou já ter presenciado situações em que advogados orientavam pais a entregarem o laudo diagnóstico com a promessa de que, com ele, conseguiriam acesso a benefícios financeiros, como o auxílio. Laudos sendo emitidos cada vez mais precocemente. Qual a força tarefa para garantir suporte aos profissionais? É um fato importante que na escola os profissionais têm medo de se dirigir a esses pais para que não sejam entendidos de forma equivocada. Então ela questiona até onde vai a responsabilidade da escola e até onde vai a responsabilidade da família. Wallace comentou que esse tema exige dos profissionais um forte embasamento científico. Destacou que, em muitos momentos, é necessário adotar uma postura mais técnica e até mesmo mais rígida, por mais que isso pareça frio. “Veja como é contraditório: o profissional da área médica determina como o professor deve atuar em sala de aula”, observou. Elaine complementou, afirmando que essas situações são extremamente difíceis e que têm gerado um grande desgaste mental entre os profissionais da educação. Relatou que já há casos de adoecimento mesmo entre

servidores que ainda estão em estágio probatório. Ana Paula, por sua vez, destacou o quanto a fala de Elaine demonstra um amadurecimento significativo em relação ao tema, lembrando que, há alguns anos, sua perspectiva sobre a inclusão e os desafios enfrentados era bastante diferente. Luiz opinou que compreende a escassez dos recursos públicos e reconhece a importância de um investimento responsável. No entanto, acredita que algumas questões precisam ser repensadas, considerando a complexidade da situação. Em sua visão, seria necessário estudar formas de redirecionar parte dos recursos também para a rede privada no que se refere à inclusão. Ele explicou que, em muitas escolas particulares, os pais têm uma faixa de renda limitada, o que permite o pagamento das mensalidades até certo ponto. Quando a escola precisa investir mais em profissionais especializados para atender à inclusão dentro da sala de aula, esse custo adicional acaba sendo repassado às famílias. Como consequência, muitas delas não conseguem arcar com o aumento, o que gera dificuldades financeiras para as instituições. Em alguns casos, essas escolas acabam encerrando suas atividades por falta de condições de manutenção. Luiz reconhece que o tema é polêmico, mas destaca que a medida teria grande impacto sobre a rede privada, especialmente nas escolas que atendem famílias de classe média baixa. Segundo ele, a rede pública provavelmente não teria capacidade para absorver a demanda gerada por esses fechamentos. Pedro disse que é contrário à destinação de recursos públicos para a rede privada. Ele reconheceu as dificuldades enfrentadas, mas destacou que a realidade do setor privado é diferente e que os recursos públicos devem ser exclusivamente voltados para o que é público, ressaltando que, se a situação fosse inversa, esse apoio provavelmente não ocorreria. Ana Paula ponderou que entendeu a fala de Luiz como uma tentativa de demonstrar a dificuldade orçamentária enfrentada por quem atua na rede privada. Segundo ela, essas instituições têm uma organização financeira própria e, em determinado momento, deixam de conseguir equilibrar receita e despesa. Para ela, Luiz se referia ao fato de que algumas escolas privadas estão sendo forçadas a fechar as portas, e que um dos fatores relevantes para isso são os altos custos com estrutura e profissionais especializados. Ela interpretou que a preocupação dele é justamente com o peso desses investimentos, especialmente quando se trata de inclusão. Luiz reforçou que estão lidando com uma situação de calamidade pública. Ele mencionou a angústia generalizada, tanto dos pais quanto dos profissionais da educação, ao lidar com a complexidade do autismo, já que cada criança apresenta uma realidade única, e muitos profissionais relatam sentir-se despreparados para atender adequadamente. Segundo ele, é preciso abrir espaço para

esse debate e buscar formas efetivas de enfrentar esse cenário. Ana Paula acrescentou que, durante uma audiência, o Dr. Salomão levantou uma questão relevante: de que maneira os municípios poderiam apoiar a rede privada nesse contexto. Ela destacou que Recife já avançou significativamente nesse sentido, servindo de possível referência para outras localidades. Elaine opinou que o laudo médico, muitas vezes, acaba sendo emitido principalmente como meio de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que transforma a situação em uma questão de cunho assistencialista. Segundo ela, o processo começa na área da saúde, passa pela assistência social e chega até a educação, tornando o contexto bastante complexo. Francisco relatou que tem acompanhado o trabalho das creches parceiras e observou que o problema é recorrente. Ele mencionou que essas instituições têm tentado implantar ações de acompanhamento, com salas de recursos e professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando se adaptar às demandas. No entanto, há um desafio recorrente: muitas crianças já possuem laudo médico, mas, quando as mães são chamadas para participar do processo de anamnese, muitas se recusam a comparecer. Segundo ele, esse receio está relacionado ao medo de que uma eventual divergência no diagnóstico possa comprometer o recebimento do BPC. Luiz questionou se já existe algum programa voltado para orientação e capacitação das famílias. Ele destacou que, embora as escolas desenvolvam ações para apoiar as crianças, muitas vezes as mães não estão preparadas para lidar com a situação em casa, o que dificulta o processo de inclusão e acompanhamento adequado. Ana Paula ressaltou que, quanto mais o grupo debate o tema, mais evidente se torna a sua importância e a sua complexidade. Elaine acrescentou que o verdadeiro aprendizado no trabalho com crianças neuroatípicas vem da convivência diária com elas. Ana Paula concluiu destacando que o tema é extremamente sensível e que, cada vez mais, as pessoas percebem a presença de indivíduos neuroatípicos ao seu redor — inclusive no ambiente de trabalho. Segundo ela, diante do atual cenário de desorganização social, se não houver liderança que saiba organizar e orientar, pouco se consegue construir. Nesse contexto, afirmou que acredita que não estão prontos para definir encaminhamentos concretos. Sugeriu que o grupo continue acompanhando o tema e que ele seja retomado no segundo semestre, incluindo uma investigação sobre como o assunto está sendo tratado em outros municípios e também em âmbito federal. Em relação ao Grupo de Trabalho (GT) sobre entrega voluntária de crianças e adolescentes, Ana Paula informou que ainda não conseguiu finalizar o calendário, pois precisa enviá-lo ao Ministério Público. Para isso, solicitou a criação do grupo, com a participação de

Andréa Cardoso e Elisângela, para viabilizar a realização da primeira reunião. Nada mais havendo a tratar a presidente do Conselho Municipal de Educação, Ana Paula de Oliveira Tavares, encerrou a reunião e eu, Maria Cellyanne Cosme, secretária desta reunião plenária, lavrei a seguinte ata, que vai por mim assinada e pelos demais conselheiros presentes.